G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami,
Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e
João Miguel Estephanio

Da resistência africana ao retorno da Rússia sob a nova dinâmica corporativa e as projeções do Reino Unido para o G20 em 2027

Del movimiento de resistencia africano al resurgimiento de Rusia en el contexto de las nuevas dinámicas empresariales y los planes del Reino Unido para el G-20 en 2027

From African resistance to Russia's resurgence amid new corporate dynamics and the UK's plans for the G20 in 2027

Resumo. O informe analisa a repercussão da União Africana à exclusão da África do Sul e os esforços do continente para garantir a continuidade de sua agenda no G20. Examina a reaproximação diplomática dos Estados Unidos com a Rússia em contraste com o veto a Pretória, além da reestruturação do B20 sob liderança corporativa exclusiva. Aborda as primeiras sinalizações do Reino Unido para a presidência de 2027, focando na geração de empregos e na retomada da estabilidade multilateral.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Minerais Críticos; China; Cooperação Internacional.

Resumen. *El informe analiza la reacción de la Unión Africana ante la exclusión de Sudáfrica y los esfuerzos del continente por garantizar la continuidad de su agenda en el G20. Examina el acercamiento diplomático de Estados Unidos a Rusia, en contraste con el veto a Pretoria, así como la reestructuración del B20 bajo un liderazgo exclusivamente empresarial. Aborda las primeras señales del Reino Unido de cara a la presidencia de 2027, centrándose en la creación de empleo y en la recuperación de la estabilidad multilateral.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Minerales críticos; China; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The report analyzes the African Union's response to South Africa's exclusion and the continent's efforts to ensure the continuity of its agenda within the G20. It examines the United States' diplomatic rapprochement with Russia in contrast to the veto against Pretoria, as well as the restructuring of the B20 under exclusive corporate leadership. It addresses the United Kingdom's initial signals regarding the 2027 presidency, focusing on job creation and the restoration of multilateral stability.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Critical minerals; China; International Cooperation.*

A exclusão da África do Sul das atividades do G20 continua a gerar repercussões nessa quinzena. Após o encontro de finanças, realizado no final de abril, o atual presidente da Comissão da União Africana (UA), Mahmoud Ali Youssouf, condenou formalmente para a imprensa a proibição imposta por Washington, classificando-a como uma medida injustificada que estabelece um precedente perigoso para o fórum. Segundo o representante da UA, tal decisão enfraquece o papel do G20 como uma plataforma inclusiva e compromete a própria participação da União Africana, que havia sido consolidada como membro permanente durante a gestão brasileira. É importante pontuar, que somado ao isolamento diplomático, o impacto da política externa dos Estados Unidos também tem se tornado visível na economia do continente, onde os preços dos combustíveis subiram drasticamente em meio à volatilidade do mercado de petróleo. Essa instabilidade está diretamente ligada às tensões no Estreito de Ormuz e ao endurecimento da aplicação de sanções dos Estados Unidos contra o Irã, movimentos que são transmitidos sem escalas para os custos de consumo dos países, especialmente a África do Sul.

Nesse cenário de crescente tensão, a Comissão da União Africana tem reforçado a crítica ao caráter que o grupo assumiu sob a gestão atual. Youssouf rejeitou categoricamente a noção de que o G20 possa ser tratado como uma plataforma privativa, afirmando que o fórum não é exclusivo de nenhum país. Na visão da UA, a abordagem atual dos Estados Unidos transformou o espaço multilateral em um ambiente onde a participação tornou-se condicional ao alinhamento com os interesses norte-americanos. Para Youssouf, existe uma contradição evidente entre o silenciamento da maior economia do continente africano e os temas centrais escolhidos para a Cúpula deste ano, que versam sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Diante dessa barreira, a Comissão da UA já indicou que trabalhará em estreita colaboração com a próxima presidência do G20, que será exercida pelo Reino Unido em 2027, para garantir que tais exclusões não voltem a ocorrer.

Diante dessa tentativa de silenciamento, a África do Sul tem buscado canais alternativos para manter sua agenda estratégica viva e assegurar que as prioridades do Sul Global não sejam apagadas. O Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA), em colaboração com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), iniciou uma série de diálogos estratégicos voltados para a revisão da governança global. Esses encontros visam construir caminhos sustentáveis para a influência africana, independentemente das pressões políticas atuais, reafirmando o continente como um ator assertivo, especialmente em tópicos como o financiamento ao desenvolvimento e sustentabilidade da dívida. Ao conectar as trilhas técnicas do G20 a outros processos multilaterais, como a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional e as negociações climáticas, essas coalizões buscam institucionalizar ganhos que antes eram vistos como temporários, garantindo que o legado estabelecido por Pretória permaneça ecoando no cenário internacional.

Essa articulação é fundamental porque, com a transição do G20 para um ciclo de presidências liderado por países do Norte Global, o desafio central deixou de ser puramente a definição de uma agenda que inclua os interesses do Sul Global, para se tornar a sua continuidade institucional. Existe uma preocupação latente de que, sem um esforço coordenado para consolidar os avanços das últimas gestões, o progresso alcançado em temas fundamentais possa estagnar ou ser fragmentado por interesses geopolíticos imediatos. Por essa razão, o foco atual das lideranças africanas tem sido identificar caminhos práticos para integrar as prioridades de desenvolvimento de forma transversal, protegendo a arquitetura de governança construída

nos últimos anos e preparando o terreno para que o continente retome seu protagonismo pleno assim que o atual ciclo dos EUA se encerrar.

No campo das grandes potências, o cenário geopolítico sofreu uma nova alteração com a indicação noticiada pelo *Washington Post* de que o governo norte-americano estaria disposto a reintegrar a Rússia ao núcleo de discussões do G20 e do G7. O governo russo confirmou que houve sinalizações para que Vladimir Putin participe da próxima Cúpula em Miami, embora sua presença ainda dependa de avaliações internas. Até o momento, não foram enviados convites formais, mas de qualquer forma, é certo que a Rússia estará devidamente representada no fórum. "Como membro do G20, a Rússia foi convidada para todas as reuniões de trabalho até o momento. O presidente Trump deixou claro que a Rússia é bem-vinda a participar de todas as reuniões do G20, já que os Estados Unidos estão focados em realizar uma Cúpula bem-sucedida e produtiva", disse um porta-voz do Departamento de Estado para a *Reuters*.

Esta movimentação representa uma ruptura com a política de ostracismo adotada por diversos membros do bloco contra a Rússia desde que a guerra na Ucrânia teve início e tem o potencial de alterar a dinâmica de alianças dentro do grupo, além de potencialmente gerar mais tensões. Trump tem reforçado essa postura de aproximação, argumentando que foi um erro a exclusão da Rússia do antigo G8 em 2014, após a anexação da Crimeia. Segundo o presidente, Putin teria ficado profundamente ofendido com a medida, e o diálogo contínuo poderia ter evitado parte dos problemas atuais com a Ucrânia. Nesse sentido, Trump, tem defendido a necessidade de manter o diálogo aberto, embora manifeste dúvidas sobre a vinda física de Putin a Miami, mantendo o foco em encerrar o conflito na Ucrânia por meio de negociações diretas.

É interessante pontuar que essa reaproximação ocorre simultaneamente à manutenção do veto à África do Sul, justificado por Washington sob a alegação de violações de direitos humanos contra os *afrikaners*, as quais já foram amplamente rejeitadas por falta de fundamentação jurídica. Em contraste, a decisão de convidar Putin ignora as múltiplas acusações documentadas de crimes de guerra e violações de direitos humanos decorrentes da invasão da Ucrânia, o que gera uma inconsistência na aplicação dos critérios para a participação no bloco e reforça a retórica de um G20 alinhado aos interesses individuais dos Estados Unidos. Ainda, a mudança de tom em relação ao Kremlin é acompanhada por gestos econômicos, como a recente extensão de isenções que permitem a compra de petróleo russo sem o enfrentamento imediato de sanções. Para o governo russo, embora o G7 seja visto agora como pouco significativo para seus interesses, o G20 permanece como um espaço de coordenação estratégica vital, especialmente diante das crises que emergem globalmente. A estratégia dos EUA, então, parece buscar uma estabilização de forças que prioriza interesses bilaterais e a estabilidade dos mercados de combustível, mesmo diante das críticas sobre a falta de evidências nas acusações contra Pretória em comparação aos registros documentados sobre o conflito no leste europeu.

Paralelamente às disputas de alta política, a agenda econômica do G20 tem passado por uma reestruturação significativa no engajamento corporativo, marcada por um afastamento do modelo tradicional do *Business 20* (B20) – um dos únicos grupos de engajamento atuantes nesta gestão. A Casa Branca optou por delegar à *Business Roundtable* a liderança do diálogo com o setor privado, alterando a estrutura que era organizada pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Segundo autoridades do governo, essa mudança visa simplificar a participação empresarial e alinhar as contribuições do setor privado de forma mais direta às prioridades econômicas da administração de Donald Trump, como a desregulamentação, a expansão

energética e o crescimento impulsionado pela inovação. A porta-voz da Casa Branca, Olivia Wales, reforçou que a *Business Roundtable*, composta pelos principais CEOs do país, desempenhará um papel central na promoção de uma agenda favorável ao crescimento, afirmando que as políticas do atual presidente servem como um modelo para o mundo e que os Estados Unidos esperam discutir como outras nações podem replicar esse sucesso.

Sob essa nova configuração, o engajamento corporativo ganhará contornos mais exclusivos, com a *Business Roundtable* organizando um grande evento voltado para CEOs em dezembro, antecedendo a Cúpula de Líderes. Jessica Boulanger, vice-presidente da organização, afirmou que a entidade está trabalhando para promover um encontro sem precedentes, focado em uma agenda de retorno às origens do G20 que seja consistente com a visão da administração atual. Essa nova dinâmica reflete um movimento mais amplo de inclusão das vozes empresariais nas discussões econômicas globais, garantindo aos principais executivos um papel mais direto na formulação de recomendações que priorizem os interesses de empresas privadas, em detrimento de discussões sobre tributação global que haviam ganhado espaço em ciclos anteriores.

Por fim, enquanto o cenário atual do G20 é marcado por incertezas e estagnação, o Reino Unido já projeta sua liderança para 2027, quando assumirá a presidência do bloco com o objetivo de impulsionar o crescimento global e reforçar a estabilidade internacional. O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, confirmou em nota para a imprensa que as prioridades iniciais da gestão britânica estarão centradas no crescimento e na oportunidade, tratando o fórum como uma ferramenta estratégica para a renovação nacional e a geração de empregos de qualidade no país. Segundo Starmer, o trabalho diplomático deve entregar resultados concretos para as pessoas em casa, e sediar o G20 permitirá que Londres molde novamente a agenda global para promover a estabilidade econômica interna e externa.

Para o primeiro-ministro, ao iniciar este próximo ciclo de presidências, o grupo precisa intensificar sua missão central de fomentar um crescimento que não se resuma apenas a números, mas que se traduza em oportunidades reais para a classe trabalhadora de cada país membro. Esta primeira sinalização britânica destaca o foco em uma economia global voltada para o crescimento estável, o comércio justo e o investimento, reforçando a crença de que a cooperação e o multilateralismo podem restaurar a prosperidade em uma escala capaz de beneficiar todas as regiões.

Referências

BUSINESS ROUNDTABLE. Business Roundtable to lead corporate engagement for U.S. G20 Presidency. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://www.foxbusiness.com/business-leaders/business-roundtable-lead-corporate-engagement-g20. Acesso em: 11 maio 2026.

REUTERS. Putin may or may not attend G20 Miami, Kremlin says. [S. l.], 24 abr. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/putin-may-or-may-not-attend-g20-miami-kremlin-says-2026-04-24/. Acesso em: 11 maio 2026.

SAIIA. South Africa's G20 Presidency in review: building sustainable pathways for African influence in global governance. Johannesburg, 2026. Disponível em: https://saiia.org.za/event/south-africas-g20-presidency-in-review-building-sustainable-pathways-for-african-influence-in-global-governance/. Acesso em: 11 maio 2026.

SAIIA; AUDA-NEPAD. SAIIA and AUDA-NEPAD co-host strategic G20 dialogue on global governance. Johannesburg, 2026. Disponível em: https://saiia.org.za/news/saiia-and-auda-nepad-co-host-strategic-g20-dialogue-on-global-governance/. Acesso em: 11 maio 2026.

SUNDAY INDEPENDENT. AU Chair condemns US on unjustified G20 ban. [S. l.], 8 maio 2026. Disponível em: https://iol.co.za/sundayindependent/dispatch/2026-05-08-au-chair-condemns-us-on-unjustified-g20-ban/. Acesso em: 11 maio 2026.

UNITED KINGDOM. Government. Growth and Opportunity set to be at the heart of UK-hosted G20. Londres, 2026. Disponível em: https://www.gov.uk/government/news/growth-and-opportunity-set-to-be-at-the-heart-of-uk-hosted-g20. Acesso em: 11 maio 2026.

U.S. CHAMBER OF COMMERCE. International Institutions: G20 and B20 Work. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://www.uschamber.com/program/international-affairs/global-initiatives/international-institutions-g20-and-b20-work. Acesso em: 11 maio 2026.

***

G7 e a disputa geopolítica pelos minerais críticos

El G7 y la disputa geopolítica por los minerales críticos

G7 and the geopolitical dispute over critical minerals

Resumo. O G7 intensificou debates sobre segurança econômica e redução da dependência ocidental da China no fornecimento de minerais críticos e terras raras, considerados estratégicos para a transição energética e setores de alta tecnologia. A França lidera iniciativas para reconstruir capacidades industriais domésticas e fortalecer cadeias de suprimento resilientes, combinando políticas industriais, incentivos estatais e cooperação internacional.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Minerais Críticos; China; Cooperação Internacional.

Resumen. *El G7 intensificó los debates sobre seguridad económica y reducción de la dependencia occidental de China en el suministro de minerales críticos y tierras raras, considerados estratégicos para la transición energética y los sectores de alta tecnología. Francia lidera iniciativas para reconstruir capacidades industriales nacionales y fortalecer cadenas de suministro resilientes mediante políticas industriales, incentivos estatales y cooperación internacional.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Minerales críticos; China; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The G7 intensified discussions on economic security and reducing Western dependence on China for critical minerals and rare earths, which are considered strategic for the energy transition and high-technology sectors. France is leading initiatives to rebuild domestic industrial capacities and strengthen resilient supply chains through industrial policies, state incentives, and international cooperation.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Critical minerals; China; International Cooperation.*

Entre os destaques da última quinzena tem-se a convocação de uma reunião do G7 para discutir a redução da dependência ocidental em relação à China no fornecimento de minerais críticos e terras raras, insumos considerados estratégicos para setores como transição energética, indústria de alta tecnologia e defesa. A iniciativa foi anunciada pelo ministro das Finanças francês, Roland Lescure, e integra os preparativos para a cúpula do G7 que ocorrerá em Evian, em junho de 2026. O governo francês busca reconstruir uma cadeia produtiva nacional voltada ao processamento de terras raras e à fabricação de ímãs permanentes, incluindo medidas de incentivo estatal, financiamento público e garantias para investimentos considerados estratégicos.

O movimento evidencia a crescente centralidade geopolítica dos minerais críticos na reorganização das cadeias globais de valor, especialmente diante da predominância chinesa no setor. Segundo autoridades francesas, a liderança da China teria sido consolidada por décadas de investimentos estatais e políticas industriais capazes de reduzir preços e afastar concorrentes internacionais. Um dos projetos de resposta no âmbito do G7 seria a criação de mecanismos de cooperação internacional, como por exemplo a Agência Internacional de Energia nos anos 1970, criada durante a crise do petróleo e o monopólio da OPEP. A proposta inclui não apenas diversificação de fornecedores, mas também o fortalecimento de capacidades industriais domésticas nos países centrais.

A França pretende abranger toda a cadeia produtiva, desde a obtenção dos minerais críticos no exterior até o refino, produção de ligas metálicas e fabricação de imãs em território francês. Ainda, pretende produzir, até 2030, capacidade de atender 100% da demanda europeia por terras raras pesadas e um quarto por terras raras leves. Para alcançar o objetivo, o governo francês pretende oferecer simplificação de crédito tributário para investimentos industriais verdes até 2028, direcionar novos recursos via programas de investimento de longo prazo, e um fundo dedicado a metais estratégicos. Por fim, pretende oferecer garantias financeiras estatais francesas em negociações com outros comerciantes internacionais (REUTERS, 2026).

Nesse contexto, a crescente competição internacional por minerais estratégicos tende a reconfigurar relações geopolíticas, comerciais e ambientais, com potenciais implicações para países do Sul Global detentores de reservas minerais essenciais para a economia de baixo carbono. Implicações essas que podem ser a perpetuação de uma relação de exportação de matéria-prima bruta, se não houver o desenvolvimento do local de extração, e os danos ambientais no processo de separação química desses metais, por exemplo.

Ainda nessa mesma esteira temática, os ministros do Comércio do G7 se reuniram em Paris, nos dias 5 e 6 de maio de 2026, em meio ao aumento pressões crescentes sobre as cadeias globais de valor, volatilidade dos mercados, riscos à segurança energética e desequilíbrios econômicos estruturais. O comunicado conjunto reafirma a defesa da cooperação internacional como instrumento de prosperidade econômica, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de fortalecer a resiliência e a segurança econômica dos países membros. Nesse contexto, o grupo reiterou preocupações com políticas consideradas “não orientadas pelo mercado”, associadas a distorções comerciais, excesso de capacidade produtiva e ampliação de dependências econômicas crescentes, o que nos permite crer que seja uma alusão ao Irã, pelo fechamento de Ormuz, e à China, pela concentração da produção e refino de terras raras. Adicionalmente, a ameaça de Donald Trump de aumentar tarifas sobre automóveis europeus e

a alegação de que a Europa não estaria cumprindo o acordo firmado anteriormente na Escócia também influenciou o ambiente das negociações (FRANCE 24, 2026).

O documento dedica atenção especial às cadeias globais de suprimento de minerais críticos, classificadas como fundamentais para setores estratégicos e tecnologias avançadas e sob risco de concentração de mercado, interrupção no fornecimento e práticas comerciais desleais. Os ministros defenderam mecanismos de diversificação produtiva e fortalecimento das cadeias de abastecimento, incluindo instrumentos regulatórios, critérios de resiliência, rastreabilidade, subsídios compensatórios, compras conjuntas e possíveis medidas comerciais coordenadas como cotas e pisos de preços. Também foram mencionadas preocupações com restrições arbitrárias às exportações e formas de "coerção econômica" capazes de comprometer a segurança econômica dos países do G7. Paralelamente, o grupo voltou a defender reformas na Organização Mundial do Comércio (OMC), diante das dificuldades recentes da instituição em responder às transformações do comércio internacional contemporâneo (FRANCE, 2026).

Referências

FRANCE24. G7 trade ministers meet in Paris as global tensions and tariff threats mount. France24, Paris, 5 maio 2026. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20260505-g7-trade-ministers-meet-in-paris-as-global-tensions-and-tariff-threats-mount>. Acesso em: 11 maio 2026.

G7. G7 Trade Ministers' Communiqué. Paris, 7 maio 2026. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/05/07/g7-trade-ministers-communique>. Acesso em: 11 maio 2026.

REUTERS. France convenes G7 on critical minerals to curb China's grip. Reuters, Paris, 5 maio 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/france-convenes-g7-critical-minerals-curb-chinas-grip-2026-05-05/>. Acesso em: 10 maio 2026.

***

Desenvolvimento infantil, economia e saúde mental em pauta na OCDE

El desarrollo infantil, la economía y la salud mental, temas de debate en la OCDE

Child development, the economy, and mental health on the agenda at the OECD

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um relatório sobre pesquisa da OCDE sobre primeira infância e desenvolvimento infantil, a edição de 2026 do relatório periódico sobre receitas fiscais na ALC, de um estudo sobre inserção produtiva de pessoas com deficiência na Croácia, um estudo sobre saúde mental, políticas públicas e economia e, por fim, outro sobre saúde mental e juventude.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Minerais Críticos; China; Cooperação Internacional.

Resumen. *Entre las novedades más destacadas de la OCDE se encuentran la publicación de un informe sobre la investigación de la OCDE en materia de primera infancia y desarrollo infantil, la edición de 2026 del informe periódico sobre ingresos fiscales en América Latina y el Caribe, un estudio sobre la integración laboral de las personas con discapacidad en Croacia, un estudio*

sobre salud mental, políticas públicas y economía y, por último, otro sobre salud mental y juventud.

***Palabras clave**: G20; G7; OCDE; EUA; Minerales críticos; China; Cooperación Internacional.*

***Abstract.** The OECD's highlights include the publication of a report on OECD research on early childhood and child development, the 2026 edition of the periodic report on tax revenue in Latin America and the Caribbean, a study on the labor market integration of people with disabilities in Croatia, a study on mental health, public policy, and the economy, and, finally, another study on mental health and youth.*

***Keywords:** G20; G7; OECD; USA; Critical minerals; China; International Cooperation.*

Na primeira semana do mês de maio de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou em seu portal eletrônico a publicação do relatório *"Building Strong Foundations for Life: Results from the 2025 Early Learning and Child Well-being Study"*.

A mesma é um produto derivado da iniciativa *International Early Learning and Child Well-being Study* (IELS, na sigla em inglês) da própria OCDE, que se propõe a investigar, coletar dados inéditos comparativos e produzir indicadores sobre bem-estar, aprendizagem e desenvolvimento infantil. É a maior pesquisa do gênero no mundo e possui a singularidade de focar nos resultados aos 5 anos de idade (a primeira infância), juntamente com a mensuração simultânea de uma ampla gama de indicadores de desenvolvimento. De forma única, o IELS combina avaliações diretas das habilidades das crianças – por meio de atividades lúdicas e envolventes realizadas em aparelhos *tablets* – com medidas indiretas coletadas junto a pais e professores, oferecendo uma compreensão completa da aprendizagem e do desenvolvimento na primeira infância. Desse modo, o estudo combina avaliações diretas e indiretas da aprendizagem básica, da função executiva e das habilidades sociais e emocionais de crianças de cinco anos em escolas e ambientes de educação e cuidados na primeira infância.

Mais de 23.000 crianças participaram do segundo ciclo do estudo, que ocorreu em oito jurisdições apresentadas nesta publicação: Baku e Sumgayit (Azerbaijão), Ceará, Pará e São Paulo (Brasil), Inglaterra (Reino Unido), Comunidade Flamenga (Bélgica), Coreia do Sul, Malta, Países Baixos e Emirados Árabes Unidos. O relatório, portanto, apresenta as principais conclusões da edição do estudo e busca fornecer evidências para subsidiar os esforços de formuladores de políticas públicas, líderes educacionais e profissionais da primeira infância na construção de bases sólidas para a vida de todas as crianças, auxiliando-os na compreensão de como os resultados precoces se relacionam com experiências e ambientes influenciados pelas políticas para a primeira infância.

No que diz respeito às particularidades, análises e dados específicos dos casos analisados, o relatório possui recursos adicionais individuais para cada no portal eletrônico. No entanto, até o momento de produção do presente informe, nem todos estão disponíveis para acesso – como é o caso de Ceará, Pará e São Paulo no Brasil.

Outro destaque da quinzena da OCDE foi a divulgação do relatório *"Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026"*. Produto da colaboração da organização junto a

CEPAL, CIAT e BID, a mais atualizada edição publicada da iniciativa periódica compila dados estatísticos comparáveis e harmonizados da receita tributária no intervalo dos anos de 1990 a 2024 de 29 países da região América Latina e Caribe (ALC), possibilitando a comparação dos sistemas tributários nacionais em uma base consistente tanto na região quanto com outras economias em nível global. A nova versão inclui ainda uma seção especial sobre as receitas provenientes de recursos naturais não renováveis na região da ALC em 2024 e 2025.

Complementando a disponibilização de dados derivados da pesquisa, a organização também publicou em seu portal adendos individuais dedicados para cada país examinado, oferecendo resumos específicos baseados nos resultados apresentados na edição de 2026 do estudo estatístico. Esses resumos incluem dados sobre o nível e a estrutura da arrecadação tributária para cada um dos países abrangidos pelo relatório até 2024 e mostram como seus resultados se comparam aos de outros países da região, bem como à média da ALC, além de viabilizar uma análise detalhada da arrecadação tributária para 2024 em moeda nacional e como percentual do PIB, destacando também as variações em relação a 2023. Dentre eles, o Brasil foi um dos países analisados e que possuem seu respectivo resumo, presente no documento virtual *"Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026: Brazil"*.

Em paralelo, a OCDE também apresentou durante o período da quinzena a publicação de três documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos tópicos temáticos de Saúde. Desse modo, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

A primeira publicação dessa leva a ser aqui ressaltada é o estudo *"Disability, Work and Inclusion in Croatia: Coherent Assessments and Stronger Pathways to Work",* cujo foco principal é examinar como a avaliação da deficiência na Croácia poderia ser reformada para avançar no sentido de medir a experiência real de deficiência das pessoas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. É proveitoso pontuar que o estudo faz parte de um interesse maior da organização intergovernamental em analisar tentativas em países selecionados de introduzir uma avaliação da deficiência baseada na funcionalidade e discute a *World Health Organization Disability Assessment Schedule* (WHODAS, na sigla em inglês) como uma ferramenta consolidada para mensurar a experiência da deficiência das pessoas.

Ao longo das últimas décadas, a Croácia fez progressos no fortalecimento das políticas para pessoas com deficiência, na expansão do apoio financeiro e na melhoria das bases institucionais para a avaliação da deficiência, a reabilitação e a promoção do emprego. Contudo, as pessoas com deficiência continuam entre os grupos mais desfavorecidos da sociedade croata, com índices de pobreza elevados, resultados precários no mercado de trabalho e com nível de escolaridade permanecendo baixo para as pessoas com deficiência. As disparidades nessas áreas entre pessoas com e sem deficiência são maiores do que em quase qualquer outro país europeu e aumentaram na última década, sinalizando profundas barreiras estruturais e apoio precoce insuficiente. Melhorar os resultados no mercado de trabalho das pessoas com deficiência exige uma avaliação da deficiência centrada na funcionalidade e, ainda mais importante, um sistema de intervenção precoce mais integrado e robusto.

O sistema de avaliação da deficiência e da capacidade laboral desempenha um papel central na definição do acesso ao apoio financeiro e aos serviços, porém atualmente funciona como um obstáculo. Questões como fragmentações nos sistemas, avaliações separadas,

definições distintas e formulários sobrepostos, além de documentação médica baseada na incapacidade e não no nível de funcionalidade das pessoas acometem o sistema croata, prejudicando um maior desenvolvimento e inserção produtiva das pessoas com deficiência. Assim, a organização advoga em prol do entendimento de que o funcionamento deve ser medido diretamente, utilizando instrumentos validados, em vez de ser inferido a partir das condições de saúde da pessoa. Os sistemas que, segundo a OCDE, avançaram com sucesso em direção à avaliação baseada na funcionalidade – embora raros – o fizeram por meio de reformas de longo prazo, investimentos em treinamento, projetos-piloto e avaliação dos processos. Tais experiências podem oferecer considerações válidas para a Croácia, particularmente sobre o risco de desenvolver novas ferramentas nacionais não testadas que pareçam abrangentes, mas que careçam de robustez científica, transparência ou confiabilidade.

O relatório também reconhece que a reforma da avaliação da deficiência, por si só, é insuficiente para melhorar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e sugere medidas para fortalecer a intervenção precoce para trabalhadores doentes e desempregados doentes, a fim de garantir apoio oportuno e melhorar as chances de reintegração sustentável no mercado de trabalho.

Intitulado *"The Economic Case for Preventing Mental Ill Health"*, o segundo documento promovido aborda o tema de saúde mental contemporânea, apresentando em seu texto argumentos econômicos em favor de investimentos em melhores políticas de saúde mental, principalmente para casos de depressão e ansiedade.

Os transtornos de saúde mental são extremamente comuns, com estimativas indicando que pouco mais de 20% dos indivíduos nos países da OCDE e da União Europeia sofreram com algum transtorno mental em 2023 – ou seja, problemas de saúde mental afetam mais de uma em cada cinco pessoas nos países –, o que representa um dos maiores desafios para a saúde pública e a economia. É ainda provável que esse número subestime a verdadeira dimensão do problema, já que muitos casos mais leves não são diagnosticados ou não são relatados devido ao estigma social persistente e às limitações dos sistemas de saúde existentes. Além disso, variados choques sociais, econômicos e ambientais globais e/ou locais impulsionam negativamente e precarizam ainda mais a saúde mental dos indivíduos, que reflete tal interação complexa de fatores sociais, econômicos e ambientais.

Em efeito dominó, a saúde mental precária impõe um fardo significativo aos indivíduos, aos sistemas de saúde e à economia, com o impacto de seus problemas indo muito além do universo particular individual e gerando custos substanciais diretos e indiretos. Estudos de microssimulação da própria OCDE estimam que transtornos depressivos maiores, transtornos de ansiedade generalizada e transtornos por uso de álcool levarão a uma redução de 2,5 anos na expectativa de vida saudável em toda a União Europeia durante o período dos anos de 2025 a 2050. Em nível populacional, esse resultado equivale a aproximadamente 28.000 mortes prematuras por ano. Embora os transtornos mentais abalem principalmente a qualidade de vida, casos graves de depressão e o uso de álcool também contribuem para o aumento das taxas de mortalidade e para a redução da expectativa de vida geral.

Apesar da ampla adoção de políticas nacionais que se preocupem com saúde mental nos países da OCDE e da União Europeia, da formalização de suas estruturas políticas e do desenvolvimento de estratégias específicas de implementação, graves lacunas no acesso à assistência médica persistem. Estima-se que quase dois terços das pessoas na União Europeia

que necessitam de cuidados de saúde mental enfrentam acesso inadequado aos serviços, o que contrasta fortemente com os 3,8% das pessoas que relatam necessidades não atendidas de tratamentos médicos gerais.

Diante desse cenário, a pesquisa busca identificar e denotar como intervenções baseadas em evidências na atenção primária, nas escolas e em locais de trabalho podem melhorar de modo eficaz os resultados de saúde e impulsionar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade e da participação no mercado de trabalho. Ademais, para lidar de forma mais efetiva com o peso dos problemas de saúde mental, a organização econômica adverte que os sistemas de saúde devem ir além de intervenções isoladas e adotar uma abordagem mais sistêmica, destacando três áreas prioritárias para futuras ações política:

1. Aprimoramento do planejamento e da implementação de intervenções, com os formuladores de políticas se concentrando em modelos baseados nas "melhores práticas" que combinem serviços clínicos com campanhas de desestigmatização e apoio entre pares para incentivar a busca por ajuda;

2. Expansão da cobertura e do investimento, com metas mais ambiciosas para a cobertura dos serviços sendo necessárias para alcançar melhorias significativas na saúde da população. A exemplo, atingir o acesso universal exigiria um aumento de 41% nos gastos com saúde mental e uma expansão significativa da força de trabalho profissional na UE durante o período de 2025 a 2050; e

3. Combater as causas profundas, com os esforços de saúde pública sendo complementados por políticas sociais e econômicas que abordem os fatores subjacentes ao sofrimento mental. O fortalecimento dos sistemas de bem-estar social e o combate à insegurança econômica e ao desemprego são passos cruciais, visto que os países com proteções sociais mais abrangentes apresentam consistentemente melhores resultados em saúde mental.

Na esteira de tal discussão, no relatório "Child, Adolescent and Youth Mental Health in the 21st Century", a ênfase da pesquisa é em saúde mental contemporânea de crianças, adolescentes e jovens. Baseando-se em dados internacionais, na literatura científica recente e nas percepções de especialistas clínicos e em políticas públicas, a publicação indica que a deterioração da saúde mental dos jovens é uma tendência de longa data que antecede a pandemia da Covid-19, mas que se intensificou nos últimos anos. Assim, são destacados no texto certos fatores complexos e interconectados por trás desse declínio, que vão desde a digitalização e as redes sociais até a ansiedade climática, os temores em relação a conflitos globais, as pressões socioeconômicas, o bullying e o estresse acadêmico, além da desigualdade e da pobreza.

Visando apoiar os governos da OCDE na elaboração de estratégias mais eficazes e baseadas em evidências para conter o declínio da saúde mental dos jovens, o documento sinaliza a importância de uma resposta política abrangente, compreensiva, holística e multissetorial, que inclua o fortalecimento da prevenção precoce, a melhoria do acesso a serviços de fácil acesso e apoiados por pares, a integração da aprendizagem socioemocional nas escolas, uma abordagem sensível as determinantes estruturais da saúde mental, amparo de políticas sociais e econômicas preocupadas com o bem-estar e o desenvolvimento de políticas equilibradas em torno da tecnologia digital. Ele também enfatiza a necessidade de uma coleta

de dados melhor, mais robusta e de maior frequência e da escuta direta dos jovens para compreender suas necessidades e prioridades. Assim, para a OCDE, é possível salvaguardar a saúde mental da geração mais jovem e permitir que a mesma prospere nas próximas décadas.

Referências

OECD. Building Strong Foundations for Life: Results from the 2025 Early Learning and Child Well-being Study. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/02bf8efe-en.

OECD, ECLAC, CIAT, IDB. Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/2f21f131-en.

OECD, ECLAC, CIAT, IDB. Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026: Brazil. OECD [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/04/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2026-country-notes_968b866c/brazil_74b19915/cdb7e590-en.pdf.

OECD. Disability, Work and Inclusion in Croatia: Coherent Assessments and Stronger Pathways to Work. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/bb395574-en.

OECD. The Economic Case for Preventing Mental Ill Health. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/16668f16-en.

OECD. Child, Adolescent and Youth Mental Health in the 21st Century. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/1092c3cb-en.